



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CARIRI
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E GESTÃO SOCIAL

LUCAS DA SILVA CAVALCANTE

SIMILARIDADES E DIVERGÊNCIAS DO ORÇAMENTO PARTICIPATIVO 2018 E
2024 DE FORTALEZA - CE

JUAZEIRO DO NORTE
2026

LUCAS DA SILVA CAVALCANTE

**SIMILARIDADES E DIVERGÊNCIAS DO ORÇAMENTO PARTICIPATIVO 2018 E
2024 DE FORTALEZA - CE**

Trabalho de Conclusão de Curso a ser apresentado ao curso de Administração Pública e Gestão Social da Universidade Federal do Cariri (UFCA), como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Administração Pública e Gestão Social.

Orientador: Prof. Dr. Eduardo Vivian da Cunha.

JUAZEIRO DO NORTE

2026

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Cariri
Sistema de Bibliotecas

C376s Cavalcante, Lucas da Silva.

Similaridades e divergências do Orçamento Participativo 2018 e 2024 de Fortaleza - CE/ Lucas da Silva Cavalcante. – 2026.
52 f.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Administração Pública e Gestão Social) – Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Cariri, Juazeiro do Norte, CE, 2026.

Orientador: Prof. Dr. Eduardo Vivian da Cunha.

1. Orçamento participativo — Fortaleza (CE). 2. Participação social. 3. Gestão pública municipal. 4. Planejamento participativo. 5. Participação cidadã. I. Cunha, Eduardo Vivian da (Orient.). II. Universidade Federal do Cariri. III. Título.

CDD 352.48098131

LUCAS DA SILVA CAVALCANTE

**SIMILARIDADES E DIVERGÊNCIAS DO ORÇAMENTO PARTICIPATIVO 2018 E
2024 DE FORTALEZA - CE**

Trabalho de Conclusão de Curso a ser apresentado ao curso de Administração Pública e Gestão Social da Universidade Federal do Cariri (UFCA), como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Administração Pública e Gestão Social.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Eduardo Vivian da Cunha (Orientador)
Universidade Federal do Cariri (UFCA)

Prof. Dra. Maria Laís dos Santos Leite
Universidade Federal do Cariri (UFCA)

Prof. Dr. Jeferson Antunes
Universidade Federal do Cariri (UFCA)

JUAZEIRO DO NORTE, 04 DE SETEMBRO DE 2026

Dedico este trabalho aos meus amados pais, Seu Modesto e Dona Irene; aos meus avós paternos, Seu Expedito e Dona Francisca, e aos meus avós maternos, Seu Francisco e Dona Carolina; e aos meus irmãos, Luanderson, Daniel e Lívia, que sempre estiveram ao meu lado ao longo da minha vida. Agradeço imensamente a Deus por me conceder a oportunidade de chegar até aqui e por me proporcionar tudo isso.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a **Deus**, por ter me permitido viver tudo isso e por me conceder força, sabedoria e perseverança ao longo dessa caminhada. Assim, “lancem sobre ele toda a sua ansiedade, porque ele cuida de você” (1 Pedro 5:7a) .

Agradeço a toda a minha família, que esteve ao meu lado durante todos esses anos de luta, dedicação e compromisso, oferecendo apoio, carinho, segurança e oportunidades que foram fundamentais para que eu chegasse até aqui.

Agradeço ao Professor **Eduardo Vivian** pela orientação deste trabalho, pela disponibilidade, pelo acompanhamento e por aceitar conduzir esta atividade. Aos meus amigos da **UFCA**, agradeço por tornarem os dias na universidade mais leves, divertidos e especiais. Em especial, agradeço a **Estefani Gomes, Tomas Sales, Maria Helen e Ramilis Chaves**, pelo companheirismo, pelas risadas compartilhadas e por toda a parceria ao longo dessa caminhada acadêmica. Vocês são demais!

Aos meus amigos que estiveram comigo fora da universidade, agradeço por todo o carinho, apoio, incentivo e compreensão ao longo desses anos. Cada palavra de incentivo e cada gesto de carinho foram importantes para que eu pudesse seguir em frente e chegar até aqui.

Por fim, agradeço ao meu orientador, Professor **Eduardo Vivian**, ao Professor **Diego Coelho**, ao Professor **Raniere**, à Professora **Milanya** e a todo o corpo docente da **Universidade Federal do Cariri**, pelos ensinamentos, contribuições e experiências que fizeram parte da minha formação acadêmica e profissional

Gratidão a todos que fizeram parte dessa caminhada!

RESUMO

Esta pesquisa aborda as experiências de Orçamento Participativo (OP) de Fortaleza-CE nos anos de 2018 e 2024, buscando responder: quais são as principais similitudes e divergências entre essas experiências? O objetivo geral é compreender as similitudes e divergências entre os períodos selecionados. Especificamente, busca-se identificar os meios e ferramentas de participação e divulgação; analisar a seleção e incorporação das propostas apresentadas pela população; e identificar mudanças e estratégias que permaneceram ao longo do período analisado. Caracteriza-se como uma pesquisa exploratória, de abordagem qualitativa, desenvolvida a partir da análise de documentos e informações relacionadas aos processos participativos. Os resultados indicam mudanças na estruturação dos processos e a incorporação de ferramentas digitais, acompanhadas da permanência de desafios relacionados à mobilização e ao envolvimento da população. Como limitação, destaca-se a disponibilidade desigual de informações entre os ciclos, com registros mais detalhados para 2018 do que para 2024, especialmente quanto ao acompanhamento das propostas e seus resultados. Estudos futuros podem ampliar as fontes e incluir entrevistas com os atores envolvidos, contribuindo para aprofundar a compreensão sobre a participação e o percurso das propostas no processo orçamentário.

Palavras-chave: orçamento participativo; participação social; gestão pública; participação cidadã; planejamento participativo.

ABSTRACT

This research addresses the experiences of Participatory Budgeting (PB) in Fortaleza, Ceará, in 2018 and 2024, seeking to answer the following question: what are the main similarities and differences between these experiences? The general objective is to understand the similarities and differences between the selected periods. Specifically, it seeks to identify the means and tools used for participation and dissemination; analyze the selection and incorporation of proposals presented by the population; and identify changes and strategies that remained throughout the period analyzed. This is an exploratory study with a qualitative approach, based on the analysis of documents and information related to the participatory processes. The results indicate changes in the organization of the processes and the incorporation of digital tools, accompanied by persistent challenges related to mobilization and public engagement. As a limitation, the unequal availability of information between the cycles stands out, with more detailed records for 2018 than for 2024, particularly regarding the monitoring of proposals and their results. Future studies may expand the sources and include interviews with the actors involved, contributing to a deeper understanding of participation and the development of proposals throughout the budgeting process.

Keywords: participatory budgeting; social participation; public management; citizen participation; participatory planning.

LISTA DE FIGURAS

Figura 01- Divisão Regional para escolha das propostas (2018).....	23
Figura 02- Tela inicial para o cadastro no processo de participação orçamentária.....	38

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CE	Ceará
CEPS	Coordenadoria Especial de Participação Social
Citinova	Fundação de Ciência, Tecnologia e Inovação de Fortaleza
Cogect	Coordenadoria de Gestão Corporativa da Tecnologia da Informação e Comunicação
COP	Ciclo de Orçamento Participativo
COGECT	Coordenadoria de Gestão Corporativa da Tecnologia da Informação e
Coplam	Coordenadoria de Planejamento, Orçamento e Monitoramento
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
LOA	Lei Orçamentária Anual
LOAs	Leis Orçamentárias Anuais
OP	Orçamento Participativo
PT	Partido dos Trabalhadores
RREO	Relatório Resumido da Execução Orçamentária
RREOs	Relatórios Resumidos da Execução Orçamentária
SEPOG	Secretaria do Planejamento, Orçamento e Gestão
UFCA	Universidade Federal do Cariri

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	12
2 REFERENCIAL TEÓRICO.....	15
2.1 A Participação Cidadã na Gestão Pública Municipal.....	15
2.2 Desafios para a Participação Social.....	15
2.3 Orçamento Participativo: Conceito e Importância, Etapas e Limitações.....	17
3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	18
4 RESULTADOS E DISCUSSÕES.....	21
4.1 Fortaleza: características socioeconômicas, educacionais e inclusão digital.....	21
4.2 Os Ciclos de Orçamentos Participativos de Fortaleza Ce (OPs) de 2018.....	22
Fonte:Elaborado a partir de Fonte: Guedes (2022).....	32
4.2.1.1 Propostas participativas e execução orçamentária:.....	32
4.2.1 Participação digital e organização das propostas.....	34
4.2.2 Participação social e efetividade do processo.....	35
4.3 Ciclo de Orçamento Participativo de Fortaleza Ce (OPs) de 2024.....	37
5 CONCLUSÃO.....	46
REFERÊNCIAS.....	49

1 INTRODUÇÃO

A participação cidadã é fundamental para a democratização da gestão pública, pois possibilita à sociedade apresentar demandas, participar das decisões governamentais e acompanhar a aplicação dos recursos públicos. Nesse contexto, o Orçamento Participativo (OP) destaca-se como instrumento de participação social, permitindo diferentes formas de inserção da população no debate sobre prioridades públicas e no processo orçamentário. Estudos recentes destacam que a participação pode ocorrer em diferentes etapas do ciclo orçamentário, ampliando a compreensão do OP para além de um mecanismo de consulta à população (Azevedo et al., 2022).

A Constituição Federal de 1988 fortaleceu a participação popular ao estabelecer que todo o poder emana do povo, exercido por meio de representantes eleitos ou diretamente (Brasil, 1988). Posteriormente, a Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101/2000) estabeleceu mecanismos de transparência e incentivo à participação popular na elaboração e discussão dos instrumentos orçamentários (Brasil, 2000). O Estatuto da Cidade, instituído pela Lei nº 10.257/2001, também reconheceu a gestão orçamentária participativa por meio de debates, audiências e consultas públicas sobre o Plano Plurianual, a Lei de Diretrizes Orçamentárias e o orçamento anual (Brasil, 2001).

Milton Santos compreende o território para além de uma delimitação física ou político-administrativa, considerando as relações estabelecidas entre os diferentes agentes que produzem e transformam o espaço (Santos, 1996). Nessa perspectiva, os territórios apresentam diferentes usos, interesses e formas de apropriação, relacionados às necessidades da sociedade e às ações do poder público. Assim, a participação social pode contribuir para aproximar as decisões públicas das demandas específicas de cada território.

Nesse sentido, o OP possibilita a participação dos cidadãos na identificação de demandas e na definição de prioridades, estabelecendo relações com diferentes etapas do processo orçamentário. Entretanto, os níveis de participação e influência da população podem variar conforme o desenho institucional adotado (Azevedo et al., 2022). Além disso, a continuidade dessas experiências está relacionada a fatores políticos e institucionais. Azevedo et al. (2022) apontam associações entre mudanças políticas nos governos municipais e a descontinuidade de experiências de OP.

Estudos sobre experiências municipais brasileiras também apontam desafios relacionados à participação social, à institucionalização e à transformação das demandas da

população em ações concretas do poder público (Gonçalves et al., 2023). Paralelamente, novas ferramentas de participação vêm sendo incorporadas. No caso do OP, plataformas digitais podem ampliar as possibilidades de participação, permitindo que os cidadãos proponham, acompanhem e fiscalizem propostas (Fuzati et al., 2024).

Nesse contexto, a experiência do OP em Fortaleza constitui um objeto relevante para compreender como os mecanismos de participação social são organizados e modificados ao longo do tempo. A comparação entre os processos de 2018 e 2024 permite identificar mudanças e permanências nas formas de organização, participação e planejamento participativo.

Diante disso, esta pesquisa busca responder ao seguinte questionamento: quais são as principais similitudes e divergências entre as experiências de OP de Fortaleza-CE nos anos de 2018 e 2024? O objetivo geral é compreender as similitudes e divergências entre as experiências de OP de Fortaleza-CE nos anos de 2018 e 2024. Como objetivos específicos, busca-se: a) identificar os meios e as ferramentas utilizados para possibilitar a participação da comunidade e os mecanismos de divulgação empregados para mobilizá-la; b) analisar como as propostas apresentadas pela população foram selecionadas e incorporadas ao processo participativo; e c) identificar as mudanças ocorridas e as estratégias que permaneceram ao longo do período analisado.

A relevância desta pesquisa está na possibilidade de compreender como o OP contribui para a participação social na gestão pública e para a aproximação entre governo e população. O estudo também permite analisar mudanças nas formas de participação e planejamento adotadas pelo município ao longo do período.

A escolha de Fortaleza justifica-se por sua importância econômica, social e política no Ceará, bem como pela diversidade de demandas relacionadas à distribuição de recursos, à prestação de serviços públicos e à participação da população nas decisões governamentais. Nesse contexto, o OP constitui um instrumento relevante para analisar as relações entre participação social e gestão pública

O recorte temporal foi definido em razão da disponibilidade de informações públicas e materiais acadêmicos referentes aos processos de 2018 e 2024, possibilitando a comparação entre as experiências e a identificação de mudanças e permanências nas formas de organização, participação e planejamento participativo.

As motivações para a realização deste trabalho também estão relacionadas às disciplinas do curso de Administração Pública e Gestão Social, conforme o Projeto Pedagógico do Curso de Bacharelado em Administração Pública e Gestão Social (2016),

especialmente Democracia e Sociedade e Oficina Temática 04 – Participação Social e Políticas Públicas. Esses componentes contribuíram para a construção dos fundamentos teóricos e práticos utilizados nesta pesquisa.

O trabalho está organizado em cinco seções. A primeira apresenta a introdução, a temática, os objetivos e a justificativa da pesquisa. A segunda apresenta o referencial teórico, com os conceitos e contribuições que fundamentam a discussão. A terceira descreve a metodologia e os procedimentos adotados. A quarta apresenta os resultados e discussões sobre os Orçamentos Participativos de 2018 e 2024. Por fim, a quinta seção reúne as considerações finais, limitações e possibilidades para estudos futuros.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

A seção a seguir apresenta as discussões teóricas e os conceitos que fundamentam o presente estudo, servindo de suporte para compreender os elementos que regem esta pesquisa e possibilitando a construção de sua base analítica.

2.1 A Participação Cidadã na Gestão Pública Municipal

O cenário atual da participação social no Brasil está inserido em um contexto de orçamentos limitados e estruturas representativas hierárquicas, que conferem baixo poder decisório final aos cidadãos fora do poder político (Miguel, 2017).

Segundo Pateman (1970), a participação política fortalece a democracia e promove o desenvolvimento da capacidade cívica dos indivíduos, ampliando sua compreensão sobre o papel do Estado e seus direitos e deveres. Essa perspectiva dialoga com a proposta de uma gestão pública mais deliberativa, defendida por Habermas (1997), que propõe espaços públicos de argumentação racional nos quais os cidadãos possam influenciar legitimamente as decisões estatais.

No Brasil, a Constituição Federal de 1988 institucionalizou mecanismos participativos, como conselhos de políticas públicas, audiências públicas e conferências, visando à construção de uma cidadania ativa. De acordo com Gohn (2011), esses instrumentos contribuíram para a consolidação de uma cultura política mais participativa, embora ainda enfrentam limitações práticas e estruturais. Nesse sentido, Tenório (2007) enfatiza que a participação popular busca superar práticas de gestão centralizadas e hierarquizadas, valorizando o diálogo e a escuta das demandas sociais.

No âmbito municipal, essa perspectiva manifesta-se em iniciativas que aproximam os cidadãos das decisões administrativas e orçamentárias. Essa lógica conduz à compreensão de uma das experiências mais emblemáticas de institucionalização da participação cidadã no Brasil: o **Orçamento Participativo (OP)**.

Dessa maneira, a participação cidadã constitui elemento importante para o fortalecimento da democracia e para a construção de uma gestão pública mais transparente, inclusiva e participativa.

2.2 Desafios para a Participação Social

A ausência de consulta à população em decisões que afetaram diretamente os serviços públicos, como saúde, assistência social e educação, comprometeu os princípios da gestão democrática e da accountability horizontal, fundamentais para a legitimação das políticas públicas em sociedades democráticas. Além disso, a pandemia evidenciou a fragilidade dos espaços institucionais de participação quando não acompanhados por mecanismos de continuidade e resiliência (Matias-Pereira, 2021).

Como argumenta Pires (2017), a efetividade da participação depende da abertura institucional e da capacidade dos sistemas de governança de se adaptarem a diferentes contextos.

Com a impossibilidade de encontros presenciais, a participação digital emergiu como alternativa para dar continuidade às práticas democráticas. Ferramentas como plataformas de videoconferência, redes sociais e aplicativos passaram a ser adotadas por prefeituras e entidades civis como meios de consulta e interação com a população. No entanto, como destacam Silva e Ribeiro (2021), a transição para o digital evidenciou uma nova camada de desigualdade: a exclusão digital. Em regiões com infraestrutura precária e baixa alfabetização digital, a participação virtual se mostrou limitada e pouco representativa, aprofundando as disparidades já existentes. A compreensão dessas barreiras digitais e estruturais aponta para a necessidade de um modelo híbrido de participação, que una ferramentas presenciais e digitais, garantindo, assim, a continuidade e a efetividade dos espaços de deliberação popular.

Segundo Lavallo e Houtzager (2020), os grupos historicamente marginalizados, como mulheres, populações negras, periféricas e trabalhadores informais, foram os mais afetados pela interrupção dos espaços participativos, uma vez que neles encontravam possibilidades de voz e reivindicação junto ao Estado. Ademais, a escassez de mecanismos híbridos (presenciais e digitais) e a ausência de protocolos de emergência voltados à participação social colocaram em risco a institucionalidade democrática construída após a redemocratização brasileira.

A interrupção de práticas participativas afetou diretamente a qualidade da democracia local, conforme argumenta Diamond (2020), ao diminuir o controle social, aumentar o poder discricionário dos gestores e reduzir a capacidade da sociedade civil de influenciar a formulação e a execução de políticas públicas. Portanto, a experiência da pandemia reforça a necessidade de revisão dos modelos de participação institucionalizada, incorporando dispositivos mais flexíveis, com uso de tecnologias e inclusão de meios digitais, além de estratégias que garantam a inclusão, a continuidade e a legitimidade das práticas participativas, mesmo em contextos de crise.

2.3 Orçamento Participativo: Conceito e Importância, Etapas e Limitações

O OP se consolidou como uma das experiências mais significativas de democracia participativa no país. Iniciada em Porto Alegre no final da década de 1980, pelo até então prefeito da época, Olívio Dutra, vinculado ao Partido dos Trabalhadores (PT), essa dinâmica no cenário nacional foi sendo estabelecida por prefeituras municipais ligadas ao PT (Santos; Lopes; Montes, 2016).

No aspecto legal da atuação do OP municipal, observa-se que o art. 29 da Constituição de 1988 discorre sobre a organização municipal, prevendo a participação e a cooperação das associações representativas no planejamento municipal. No cerne, a Lei Complementar nº 101/2000, conhecida como Lei de Responsabilidade Fiscal, também aborda a participação social e o ordenamento do orçamento municipal por meio da LOA (art. 48, § 1º, inciso I). Da mesma forma, instrumentos como o Estatuto das Cidades reforçam essa necessidade de participação por meio de dispositivos como o art. 44, que prevê a aprovação popular dos planos municipais.

O OP não se apresenta como aquele de caráter obrigatório, mas como uma alternativa para compreender as demandas populares, tornar as pessoas cientes de seus interesses e transformá-las em atores ativos nas demandas municipais e em sua competência.

Com isso, Avritzer (2002) destaca que o OP não é apenas um mecanismo de distribuição de verbas, mas uma inovação democrática que amplia a legitimidade das decisões públicas e reforça a cidadania ativa. Em sua análise, o sucesso do OP depende do engajamento social, da transparência dos processos e da disposição política dos gestores em compartilhar o poder decisório.

Além disso, Bobbio (2000) argumenta que a efetividade da democracia contemporânea está diretamente relacionada à sua capacidade de abrir canais reais de participação e controle social, algo que o OP simboliza de forma concreta. Como instrumento político e pedagógico, o OP contribui para o empoderamento das comunidades, ao mesmo tempo em que exige da administração pública um novo padrão de accountability. Em cidades como Fortaleza, o OP foi adotado como tentativa de descentralizar decisões, promovendo maior envolvimento das comunidades no planejamento das políticas públicas.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A abordagem qualitativa mostra-se adequada ao estudo por possibilitar a interpretação dos significados, discursos, práticas e relações institucionais presentes nos documentos analisados. Conforme Minayo (2001), a pesquisa qualitativa busca compreender a realidade social a partir dos significados, valores, motivos, aspirações e atitudes que permeiam as relações sociais. No presente estudo, esses elementos são analisados indiretamente por meio dos registros institucionais, das justificativas, das decisões, dos encaminhamentos e das formas de organização do processo participativo presentes nas fontes documentais.

A pesquisa também adota uma perspectiva de análise comparativa entre os ciclos do Orçamento Participativo de Fortaleza de 2018 e 2024. Segundo Schneider e Schmitt (1998), o método comparativo permite identificar semelhanças e diferenças entre fenômenos, contribuindo para a compreensão de suas continuidades, descontinuidades e transformações. Nesse sentido, a comparação entre os dois ciclos busca identificar permanências e mudanças na estrutura e na dinâmica do processo participativo, considerando aspectos como os mecanismos e canais de participação, as ferramentas utilizadas, as etapas do processo, as formas de registro e sistematização das propostas, as temáticas priorizadas e sua articulação com o planejamento e o orçamento municipal.

Assim, a análise documental, orientada por uma abordagem qualitativa e complementada pela perspectiva comparativa, permite compreender como o Orçamento Participativo de Fortaleza foi estruturado e operacionalizado nos ciclos de 2018 e 2024, evidenciando as mudanças, permanências e reconfigurações ocorridas nas práticas institucionais de participação social ao longo do período analisado.

A fim de captar os fenômenos analisados, adotou-se a pesquisa documental como procedimento central, buscando compreender as ações empreendidas pelo poder público no âmbito do OP, os mecanismos de divulgação e mobilização utilizados, as formas de participação da população, as etapas de apresentação e seleção das propostas e os encaminhamentos formalmente registrados nas instâncias institucionais do município. A pesquisa documental possibilita reconstruir o processo de participação a partir de evidências oficiais, permitindo comparar o que foi planejado, registrado e realizado nos ciclos de 2018 e 2024.

A busca das fontes documentais foi realizada de forma on-line, por meio da consulta a documentos institucionais disponibilizados pelos órgãos públicos municipais, relatórios dos ciclos participativos, documentos relacionados ao planejamento e orçamento municipal e

publicações referentes ao Orçamento Participativo. A localização e a seleção desses materiais foram orientadas pelos objetivos específicos da pesquisa, buscando documentos que apresentassem informações relacionadas aos meios e ferramentas utilizados para possibilitar a participação da população, aos mecanismos de divulgação e mobilização, às formas de apresentação e seleção das propostas e às mudanças e permanências ocorridas entre os ciclos analisados.

Entre as fontes documentais localizadas, destacam-se os relatórios municipais dos ciclos participativos de Fortaleza, utilizados para compreender como as atividades foram organizadas e desenvolvidas em cada período. Esses relatórios foram analisados considerando as informações sobre as etapas do processo, os mecanismos e ferramentas de participação, as estratégias de divulgação e mobilização, as propostas apresentadas e priorizadas, a organização territorial e os encaminhamentos realizados pelo poder público. Também foram considerados os documentos orçamentários relacionados aos respectivos períodos, buscando compreender a relação entre as propostas e prioridades definidas no processo participativo e os instrumentos de planejamento e orçamento municipal.

Além das fontes primárias, foram consideradas produções bibliográficas, como trabalhos de conclusão de curso, dissertações, teses e artigos científicos – que abordam o OP de Fortaleza, especialmente em ciclos compreendidos entre 2018 e 2024. A busca desse material foi realizada em portais acadêmicos, como o Google Acadêmico, a partir de termos selecionados, tais como “Orçamento Participativo em Fortaleza”, “Experiência do Orçamento Participativo de Fortaleza” e “Participação no Orçamento Público de Fortaleza”. Como critérios de seleção das obras, consideraram-se: a aderência temática ao orçamento participativo de Fortaleza; a compatibilidade temporal entre 2018 e 2024; e a presença, nos resumos e objetivos, de informações sobre os procedimentos adotados no orçamento participativo, sua forma de condução e eventuais resultados obtidos.

As buscas por notícias foram realizadas de forma virtual, com o objetivo de extrair informações e links de direcionamento relacionados aos ciclos orçamentários, incluindo cronogramas, menções ao alcance de pessoas contempladas pelas atividades e utilização de meios digitais para a participação. O procedimento também consistiu na identificação das notícias por meio de buscas com as palavras-chave “Orçamento Participativo”, “LOA Fortaleza”, “ciclos participativos” e “orçamento participativo”. Para a seleção do material, foram consideradas as notícias publicadas entre 2018 e 2024 que apresentavam informações relacionadas aos ciclos participativos e às etapas de escolha e priorização de propostas destinadas a subsidiar a elaboração das LOAs de 2019 e 2025.

Nas buscas realizadas, foram localizadas e priorizadas as notícias do Portal Oficial de Fortaleza Ceará, tendo em vista que elas apontam para os relatórios dos ciclos participativos de Fortaleza, apresentam cronogramas das atividades e fornecem maior detalhamento sobre o desenvolvimento do ciclo participativo. Dessa forma, essas publicações foram utilizadas como fonte complementar para a localização dos documentos e para a compreensão das atividades desenvolvidas nos ciclos analisados.

No que compete à análise do material, foi realizada a leitura dos relatórios municipais, dos documentos orçamentários, das notícias e das demais fontes documentais selecionadas. A análise foi orientada pelos objetivos específicos da pesquisa, de modo que os documentos foram examinados buscando identificar os meios e ferramentas utilizados para possibilitar a participação da população, os mecanismos de divulgação e mobilização empregados, as formas de apresentação e seleção das propostas e as mudanças e permanências observadas entre os ciclos de 2018 e 2024. As informações encontradas foram sistematizadas e posteriormente relacionadas entre si, permitindo compreender como o processo participativo ocorreu em cada período e estabelecer a comparação entre os dois ciclos.

Esse levantamento bibliográfico tem por finalidade identificar interpretações, achados empíricos e lacunas já apontadas pela literatura, de modo a dialogar criticamente com a produção existente e situar a contribuição específica deste estudo.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A seção a seguir apresenta e analisa os dados da pesquisa, articulando-os às discussões teóricas e aos conceitos relacionados ao Orçamento Participativo (OP) e às transformações observadas no período analisado. Busca-se, a partir das evidências documentais levantadas, compreender a dinâmica dos ciclos participativos estudados, destacando suas características, permanências, mudanças e especificidades ao longo do período.

4.1 Fortaleza: características socioeconômicas, educacionais e inclusão digital

O município de Fortaleza, capital do estado do Ceará, constitui o principal polo demográfico e econômico do estado. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2022), o município possui 2.428.708 habitantes, distribuídos em uma área territorial de 312,353 km², resultando em uma densidade demográfica de 7.775,52 hab./km². A população apresenta rendimento médio mensal equivalente a 2,6 salários mínimos (IBGE, 2022), enquanto o Produto Interno Bruto (PIB) per capita alcançou R\$35.796,74 em 2023 (IBGE, 2024).

Em termos demográficos, Fortaleza concentra aproximadamente 27,61% da população do estado do Ceará (IBGE, 2022), reforçando sua relevância no contexto estadual. No que se refere ao acesso às tecnologias digitais, foram identificadas 2.129.554 pessoas com acesso à internet no domicílio (IBGE, 2022), dado que evidencia a significativa presença das tecnologias de informação e comunicação no cotidiano da população. Entre os indicadores educacionais, a taxa de alfabetização da população de 15 anos ou mais corresponde a 94,38%, enquanto 89,8% das pessoas com 10 anos ou mais possuíam telefone celular para uso pessoal (IBGE, 2022). Esses indicadores permitem relacionar as condições educacionais e o acesso às tecnologias digitais às discussões sobre inclusão e exclusão digital no município.

Nesse contexto, estudos realizados com diretores de escolas públicas de Fortaleza apontam dificuldades relacionadas ao acesso às tecnologias digitais e à formação necessária para sua utilização no processo de ensino-aprendizagem (Fialho et al., 2025).

As barreiras relacionadas ao uso das tecnologias também podem ser observadas desde os primeiros anos escolares. Evaristo e Silva (2023), ao discutirem a educação digital com estudantes do 1º ano do ensino fundamental de escolas públicas de Fortaleza, destacam a necessidade de estratégias pedagógicas específicas para a utilização dos recursos digitais no processo educacional. De maneira complementar, Ribeiro et al. (2024) ressaltam a

importância dos gêneros digitais na formação dos estudantes e da inserção dessas ferramentas nas práticas pedagógicas, indicando que a utilização das tecnologias no ambiente escolar deve estar associada a objetivos educacionais e à orientação adequada.

Dessa forma, a elevada presença de dispositivos digitais entre a população, especialmente entre os mais jovens, não significa necessariamente domínio das ferramentas para fins educacionais, uma vez que permanecem desafios relacionados ao letramento digital e ao uso crítico, consciente e produtivo dessas tecnologias (Evaristo; Silva, 2023; Ribeiro et al., 2024). Nesse cenário, o meio digital apresenta-se como uma alternativa capaz de ampliar as formas de interação, comunicação e desenvolvimento de práticas educacionais, oferecendo novas possibilidades para o ensino e a aprendizagem. Entretanto, sua incorporação também envolve desafios relacionados ao acesso, à infraestrutura, à formação e ao domínio das ferramentas, evidenciando a necessidade de estratégias que considerem as condições concretas da população de Fortaleza.

Essas características do município e as discussões sobre acesso e uso das tecnologias digitais constituem elementos relevantes para compreender as transformações nas formas de interação entre população e poder público. Nesse sentido, as seções seguintes concentram-se na análise dos Orçamentos Participativos no contexto de Fortaleza, destacando sua importância como instrumento de participação social e de gestão democrática, bem como as transformações observadas nos mecanismos e canais utilizados nos ciclos analisados.

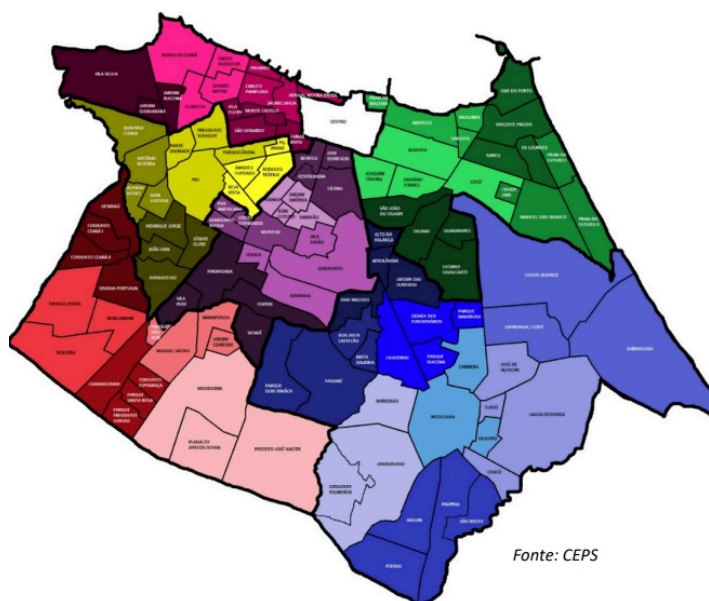
4.2 Os Ciclos de Orçamentos Participativos de Fortaleza Ce (OPs) de 2018

O Ciclo de Planejamento Participativo de Fortaleza de 2018 teve como objetivo subsidiar a elaboração da Lei Orçamentária Anual de 2019. Embora a LOA estivesse inserida no horizonte do PPA 2018–2021, o processo participativo analisado concentrou-se no cadastramento e na priorização de demandas para a proposta orçamentária anual. Suas etapas compreenderam divulgação e mobilização, cadastramento das propostas, análise técnica, votação e divulgação do resultado.

Foram cadastradas 695 demandas na plataforma Fortaleza Participa, entre 25 de junho e 4 de julho de 2018. Após análise da Coordenadoria Especial de Participação Social, que unificou propostas repetidas, excluiu aquelas fora da competência municipal e adequou a redação de demandas extensas, 579 propostas foram encaminhadas à votação. A etapa de priorização ocorreu entre 9 e 15 de julho, e cada participante podia votar em até três propostas de temas diferentes, dentro da Regional selecionada (Fortaleza, 2018).

O processo combinou participação digital e atividades presenciais. O relatório registra 4.759 participações, distribuídas entre reuniões preparatórias, encontros comunitários e processo digital. Ao final, foram contabilizados 7.859 votos e priorizadas 32 propostas, distribuídas territorialmente (Figura 01) entre as Regionais I, II, III, IV, V, VI e Centro. A priorização não correspondeu às 32 propostas mais votadas do município em termos absolutos, pois foi aplicada uma distribuição de vagas conforme a divisão territorial adotada pela CEPS.

Figura 01- Divisão Regional para escolha das propostas (2018)



Fonte:Relatório Processo Participativo (Fortaleza, 2018)

A divisão territorial foi relevante porque a escolha das propostas não ocorreu apenas pelo número absoluto de votos em todo o município. Cada Regional possuía uma quantidade determinada de propostas a serem priorizadas, buscando garantir a representação dos diferentes territórios da cidade.

O processo foi realizado principalmente por meio da internet, permitindo que os cidadãos cadastrassem-se e votassem em propostas destinadas aos seus bairros e às respectivas Regionais. Entretanto, a aprovação final das propostas dependia de análise técnica e orçamentária, bem como de sua posterior tramitação no âmbito da Lei Orçamentária Anual (LOA).

Cabe destacar que a escolha das propostas foi coordenada pela Coordenadoria Especial de Participação Social, responsável também por estabelecer uma quantidade

específica de propostas para cada Regional, de acordo com critérios territoriais. O acompanhamento dessas atividades possibilitou a participação de cidadãos de diferentes áreas do território municipal nas diversas etapas do processo participativo. Assim, as propostas mais votadas, até o limite da cota definida para cada Regional, foram priorizadas.

Essa divisão territorial seguia parâmetros previamente estabelecidos, conforme apresentado na Figura 1, que representa as respectivas divisões regionais de Fortaleza, organizadas em nove Secretarias Regionais (Fortaleza, 2018). As etapas seguem as o seguinte cronograma (Quadro 01):

Quadro 17- Cronograma do Ciclo Participativo de 2018 (Fortaleza- CE)

DATA	
18/06 Reunião Geral	Preparatória
25/06 a 04/07	Período de cadastro das propostas orçamentárias
05 e 06/07	Análise das propostas cadastradas
09 a 15/07	Período de priorização das propostas
20/07	Divulgação do resultado

Fonte: Fortaleza (2018)

Em 4 de junho de 2018, foram registradas mais de 695 propostas para apreciação. A partir de 9 de julho, essas propostas foram encaminhadas para votação por meio da plataforma Fortaleza Participe, mediante cadastro dos usuários, permanecendo disponíveis para votação até 15 de julho, com divulgação dos resultados prevista para 20 de julho de 2018 (Fortaleza, 2018). A operacionalização do ciclo contou com a atuação da Coordenadoria Especial de Participação Social (CEPS), em parceria com a Fundação de Ciência, Tecnologia e Inovação de Fortaleza (Citinova) e a Secretaria do Planejamento, Orçamento e Gestão (SEPOG), por meio da Coordenadoria de Gestão Corporativa da Tecnologia da Informação e Comunicação (COGECT) e da Coordenadoria de Planejamento, Orçamento e Monitoramento (COPLAM) (Fortaleza, 2018).

No processo de implementação da nova metodologia, foram realizadas reuniões presenciais preparatórias e reuniões nas comunidades, com o objetivo de apresentar o funcionamento do Ciclo de Planejamento Participativo e orientar a população sobre as novas formas de participação. Os Agentes de Cidadania e Controle Social (ACCS) atuaram nas comunidades na mobilização e divulgação do processo, especialmente na apresentação da plataforma Fortaleza Participe e das formas de participação digital. Durante essas ações,

foram distribuídos folders e materiais informativos, além de orientações sobre a metodologia e o calendário do ciclo. O relatório registra a realização de 10 reuniões nas comunidades, que reuniram 844 participantes, enquanto as cinco reuniões presenciais preparatórias contaram com 137 participantes. A etapa de participação digital, por sua vez, envolveu 3.778 participantes, totalizando 4.759 pessoas nas 17 atividades registradas no ciclo (Fortaleza, 2018).

A estrutura de mobilização contou com a atuação da Coordenadoria Especial de Participação Social (CEPS), que também ofereceu apoio com equipamentos e pessoal durante a etapa de votação, além de orientação contínua aos participantes por meio da equipe da Coordenadoria e dos Núcleos Regionais. A divulgação do processo ocorreu por diferentes meios, articulando as ações presenciais nas comunidades à participação por meio da plataforma **Fortaleza Participa**. Dessa forma, a transição para o modelo digital não ocorreu exclusivamente no ambiente virtual, mas foi acompanhada por ações presenciais de mobilização e orientação da população (Fortaleza, 2018).

Embora o relatório registre o quantitativo das atividades realizadas, cinco reuniões preparatórias, dez reuniões nas comunidades e duas etapas de participação digital, ele não apresenta informações individualizadas sobre a quantidade de encontros realizados por cada ACCS ou sobre a atuação de cada agente. Assim, os dados permitem dimensionar as atividades de mobilização realizadas no ciclo, mas não detalhar a atuação individual dos agentes (Fortaleza, 2018).

Dentre as propostas apresentadas, observa-se, por tema, uma maior concentração nas áreas de infraestrutura, saúde, meio ambiente, seguridade e educação, propostas essa, antes dos filtros realizadas pela equipe técnica (Quadro 18)

Quadro 18- Ações OP 2018 Fortaleza

Tema	Quantidade De Propostas
Infraestrutura	155
Saúde	92
Meio Ambiente	85
Educação	82
Esporte e Lazer	65
Cultura	47
Transporte	31

Trabalho e renda	26
Assistência Social	23
Habitação	22
Mobilidade	22
Segurança	17
Direitos Humanos	11
Juventude	8
Turismo	8
Assistência Social	1

Fonte: Guedes; Sampaio (2022)

O Ciclo de Planejamento Participativo de 2018 foi organizado territorialmente em sete Secretarias Regionais de Fortaleza: Regional I, Regional II, Regional III, Regional IV, Regional V, Regional VI e Regional do Centro. Essa divisão territorial foi utilizada para organizar as ações de mobilização e participação da população, bem como para sistematizar e distribuir as propostas apresentadas ao longo do ciclo (Fortaleza, 2018).

A divisão territorial de Fortaleza utilizada no período era composta por sete Secretarias Regionais. A Regional I (15 bairros), Regional II (20 bairros), a Regional III (17 bairros), e a Regional IV (19 bairros), Regional V (19 bairros), Regional VI (29 bairros) e a Regional do Centro correspondia a um único bairro, o Centro (Guedes, 2022)

Sobre a escolha dos temas, podem ser visualizadas as questões e proposições apresentadas pela população, conforme o Quadro 19.

Quadro 19- Temas OP 2018

Regional	Posição	Votos	Tema	Proposta priorizada
I	1	173	Saúde	Reforma completa da Unidade de Saúde Floresta.
I	2	144	Infraestrutura	Cobertura do canal na Rua Palmácia, no Conjunto Itaparica.
I	3	144	Infraestrutura	Revitalização da Praça da Lagoa do Urubu, com ampliação de quadras e construção de um anfiteatro (modelo semelhante ao Polo de Lazer da Sargento Hermínio).
I	4	138	Meio Ambiente	Construção de um ecoponto para o bairro Álvaro Weyne.
II	1	206	Habitação	Implantação de moradias habitacionais para o bairro Papicu.

II	2	140	Educação	Construção de uma creche ou escola de tempo integral para o bairro Papicu.
II	3	69	Habitação	Moradias habitacionais para a comunidade do Vicente Pinzón – Associação Habitacional Morro da Vitória.
II	4	67	Transporte	Ampliação da oferta de ônibus, principalmente nos finais de semana.
II	5	64	Educação	Ampliação de vagas para o Infantil I e II no CEI Maria Felício Lopes (Vicente Pinzón).
III	1	85	Infraestrutura	Recapamento das ruas do Conjunto Planaltina.
III	2	65	Infraestrutura	Instalação de semáforo para pedestres na Avenida Augusto dos Anjos, próximo à igreja e à loja Macavi.
III	3	62	Educação	Construção de uma escola de tempo integral (Ensino Fundamental I e II) no bairro Quintino Cunha, com sugestão de terreno na Rua Alípio dos Santos, ao lado do Depósito Tupi.
III	4	57	Infraestrutura	Reforma da praça localizada em frente ao posto de saúde do Bonsucesso.
IV	1	124	Infraestrutura	Reforma do Polo de Lazer Gustavo Braga.
IV	2	58	Esporte e Lazer	Instalação de equipamentos de academia ao ar livre na Praça da Capela Nossa Senhora de Fátima, localizada na Rua Thomas Edison, esquina com as ruas Caracas e Quito, no bairro Parangaba.
IV	3	55	Educação	Construção de uma creche-escola na Rua Guará, bairro Parangaba.
IV	4	46	Infraestrutura	Pavimentação (calçamento e asfalto) da Rua Antônio Machado Filho, esquina com a Rua Desembargador Praxedes.
IV	5	17	Saúde	Solicitação de um projeto ou convênio com a Associação Cearense dos Diabéticos e Hipertensos para o bairro Jardim América e adjacências, oferecendo exames, cursos para a juventude e para a terceira idade.
V	1	208	Saúde	Construção de um posto de saúde para os bairros Parque Presidente Vargas e Parque Santa Rosa.
V	2	155	Meio Ambiente	Construção de um ecoponto para os bairros Parque Presidente Vargas e Parque Santa Rosa.
V	3	89	Infraestrutura	Pavimentação asfáltica das ruas Francisco Almeida, Flor do Campo, Herculano Pena e Pedro Cabral, no bairro Presidente Vargas.
V	4	88	Infraestrutura	Implantação de calçamento e drenagem nas ruas do bairro Parque Presidente Vargas.
V	5	50	Infraestrutura	Implantação de calçamento com manilhas para as comunidades Marrocos I, II e III e Comunidade da Paz, no bairro Bom Jardim.
VI	1	600	Esporte e Lazer	Urbanização, reforma e requalificação do campo de futebol principal do Conjunto Palmeiras.
VI	2	369	Infraestrutura	Conclusão do canal de esgoto que se inicia na Rua Avaré e termina na Rua Maguari, no Conjunto Palmeiras II.

VI	3	224	Infraestrutura	Implantação de uma praça com playground e academia no terreno em frente ao CSU Evandro Ayres de Moura, no Conjunto Palmeiras.
VI	4	132	Saúde	Construção de um posto de saúde no bairro José de Alencar.
VI	5	124	Esporte e Lazer	Construção de uma Areninha no bairro José de Alencar, na Rua Olímpio Leite, esquina com a Avenida Washington Soares.
VI	6	123	Infraestrutura	Implantação de calçamento e pavimentação asfáltica na Rua Osvaldo Aguiar, iniciando na Avenida Washington Soares até a Rua Dr. Esmerindo Parente.
VI	7	103	Educação	Construção de uma creche na Rua Nicolau Coelho com a Rua Coronel João de Oliveira, ao lado do ecoponto de Messejana.
VI	8	98	Saúde	Construção de um posto de saúde na Rua Frederico Severo, no bairro Parque Iracema.

Fonte: Guedes (2022)

Durante o cadastro, o participante selecionava a Regional e o tema ao qual sua proposta estava relacionada. Assim, cada proposta era vinculada a um tema específico, utilizado posteriormente para sua organização e apresentação no ranking das propostas, como apresentado na organização do quadro 20

Quadro 20- Ranking das Propostas para a Loa 2019

Regional	Posição	Votos	Tema	Proposta priorizada	Categoria
I	4	138	Meio Ambiente	Construção de um Ecoponto para o Álvaro Weyne.	Ecoponto/Ecopolo
I	16	42	Mobilidade	Solicitação de um binário entre as ruas Barão do Crato, paralelas à Rua Visconde de Icó, no bairro Vila Ellery, devido ao grande fluxo de veículos na região.	Mobilidade urbana
I	34	3	Infraestrutura	Construção de um Ecoponto ao lado do Posto de Saúde Airton Monte, no bairro Jardim Iracema.	Ecoponto/Ecopolo
I	38	2	Transporte	Implantação do ônibus-creche, como existe o ônibus-escola.	Mobilidade urbana
I	41	2	Transporte	Criação de uma linha de ônibus “Antônio Bezerra / Vila Ellery / Centro”, com retorno para o Terminal Antônio Bezerra.	Mobilidade urbana
II	4	67	Transporte	Aumentar o número de ônibus, principalmente nos finais de semana.	Mobilidade urbana

II	8	41	Transporte	Mais linhas de condução ao Terminal do Papicu e ao Centro de Fortaleza, assim como paradas de ônibus cobertas e com mais segurança.	Mobilidade urbana
II	18	11	Mobilidade	Lombada e faixa no cruzamento das ruas Barão de Aracati com Costa Barros, devido a acidentes diários no cruzamento.	Mobilidade urbana
II	45	3	Meio Ambiente	Sistema de coleta seletiva no descarte e na coleta pelos caminhos.	Limpeza urbana
III	2	65	Infraestrutura	Instalação de um semáforo de pedestre na Av. Augusto dos Anjos, próximo à igreja e à loja Macavi.	Mobilidade urbana
III	5	55	Infraestrutura	Iluminação pública de todas as ruas do Conjunto Planaltina.	Iluminação pública
III	12	8	Infraestrutura	Abertura da Rua Estado do Rio com a Rua Uruguai.	Mobilidade urbana
III	18	2	Meio Ambiente	Instalação de um Ecoponto na esquina da Mister Hull com a rua onde está instalado o CEI Altamir Fernandes Corrêa Leite, no bairro Antônio Bezerra (Buraco da Gia).	Ecoponto/Ecopolo
IV	7	9	Infraestrutura	Construção de um Ecoponto na Avenida Luciano Carneiro com Rua Raul Cabral.	Ecoponto/Ecopolo
IV	8	6	Transporte	Transporte público (linha de ônibus) com acesso aos terminais Papicu, Messejana e Parangaba dentro do bairro Vila União.	Mobilidade urbana
V	2	155	Meio Ambiente	Construção de um Ecoponto nos bairros Parque Presidente Vargas e Parque Santa Rosa.	Ecoponto/Ecopolo
V	7	34	Meio Ambiente	Instalação de um Ecoponto na entrada do Grande Bom Jardim.	Ecoponto/Ecopolo
V	8	30	Esporte e Lazer	Instalação de um Ecoponto no bairro Siqueira.	Ecoponto/Ecopolo
V	25	6	Infraestrutura	Abertura da Rua Oscar Benevides até a Rua Dr. Raimundo Maia, no Itaperi.	Mobilidade urbana
V	27	5	Infraestrutura	Recapeamento asfáltico e sinalização para as ruas Luminosa e Francisco Domingos.	Mobilidade urbana
V	32	4	Infraestrutura	Abertura da Rua Oscar Benevides até a Rua Dr. Raimundo Maia, no Itaperi.	Mobilidade urbana
V	40	3	Transporte	Alteração do nome da linha de ônibus Parque Santa Cecília para Granja Lisboa.	Mobilidade urbana
V	42	2	Transporte	Ampliação da linha 346 Jardim Fluminense para dentro do bairro Planalto Vitória, entre a Rua 15 e o Calçadão do Rio Maranguapinho.	Mobilidade urbana

V	44	2	Transporte	Restauração da linha de ônibus no Parque Jerusalém.	Mobilidade urbana
V	46	2	Meio Ambiente	Construção de um Ecoponto no Parque Jerusalém.	Ecoponto/Ecopolo
V	50	2	Infraestrutura	Construção de um viaduto no Balão do Mondubim.	Mobilidade urbana
VI	21	29	Segurança	Troca da iluminação pública existente nas laterais da via pública da Avenida Monsenhor Amarílio Rodrigues para o canteiro central e em toda sua extensão.	Iluminação pública
VI	32	14	Mobilidade	Ônibus da linha 681 Alameda das Palmeiras com ar-condicionado.	Mobilidade urbana
VI	33	14	Meio Ambiente	Construção de um Ecoponto no Residencial Alameda das Palmeiras, com anexo para realização de oficinas utilizando materiais recicláveis.	Ecoponto/Ecopolo
VI	34	14	Infraestrutura	Iluminação de todas as ruas internas e externas do Residencial Alamedas das Palmeiras.	Iluminação pública
VI	35	13	Transporte	Criação de linhas de ônibus para atender à demanda do Residencial Alameda das Palmeiras e adjacências, com ligação aos terminais de Messejana e Parangaba e ao Centro.	Mobilidade urbana
VI	36	12	Transporte	Criação de linhas de ônibus ligando o Residencial Alameda das Palmeiras aos terminais do Siqueira, Papicu e Antônio Bezerra.	Mobilidade urbana
VI	42	9	Mobilidade	Criação de linha de ônibus do Terminal de Messejana até o Mucuripe (Cais do Porto), passando por importantes vias da cidade.	Mobilidade urbana
VI	45	8	Mobilidade	Abertura, terraplanagem e pavimentação em pedra tosca da Rua Quatro, interligando a Rua José Pereira II à Rua Leirice Porto, visando acabar com o isolamento da comunidade Mangueiral.	Mobilidade urbana
VI	46	8	Mobilidade	Implantação de binário pela Rua Domingo Alves Ribeiro, paralela à Rua Recanto Verde, para acesso à Av. Perimetral e à Val Paraíso, no Sítio São João.	Mobilidade urbana
VI	56	6	Transporte	Implantação de abrigos para as linhas de ônibus do Sistema Integrado de Transporte nos 120 bairros do município de Fortaleza, conforme estudo prévio.	Mobilidade urbana
VI	68	4	Transporte	Melhorias na linha 601 (Aerolandia – SP1), com ônibus que ofereçam conforto, cobradores, comodidade, ar-condicionado e sistema Wi-Fi.	Mobilidade urbana

VI	69	4	Transporte	Criação de linha que ligue o bairro Dias Macedo e adjacências ao Terminal Messejana.	Mobilidade urbana
VI	72	4	Meio Ambiente	Limpeza do Residencial Alameda das Palmeiras.	Limpeza urbana
VI	79	3	Mobilidade	Alargamento da Rua Lucíola entre as ruas Padre Pedro de Alencar e Coronel Guilherme Alencar, devido ao intenso fluxo de veículos e problemas de alagamento.	Mobilidade urbana
VI	81	3	Meio Ambiente	Construção de dois Ecopontos, sendo um na Aerolândia e outro no Alto da Balança, para combater o descarte de resíduos sólidos, entulhos e lixo em vias públicas.	Ecoponto/Ecopolo
VI	87	3	Transporte	Criação de linha de ônibus que leve os moradores do Residencial Alameda das Palmeiras diretamente ao Centro, além do aumento da frota da linha existente.	Mobilidade urbana
VI	88	3	Transporte	Construção de parada de ônibus com abrigo no itinerário da linha 681 – Alameda das Palmeiras.	Mobilidade urbana
VI	96	2	Infraestrutura	Implantação de via de acesso segura para os moradores, com baixa velocidade e projeto paisagístico participativo, considerando as zonas permaculturais, as zonas ambientais das UCs e a metodologia de bioconstrução em Sabiaguaba.	Meio ambiente
VI	97	2	Mobilidade	Implantação de linha de transporte alternativo e mais condutores interligando o bairro Sabiaguaba pela Ponte do Rio Cocó ao bairro Sapiiranga.	Mobilidade urbana
VI	103	2	Transporte	Aumento da frota de ônibus da rota Messejana–Sabiaguaba e Messejana–Abreulândia.	Mobilidade urbana

Fonte: Elaborado a Guedes (2022)

A escolha das propostas ocorreu por meio de votação na plataforma Fortaleza Participa, com apoio da equipe da CEPS na orientação e operacionalização do processo. Na etapa de votação, cada participante podia escolher até três propostas, o que explica a diferença entre o número de participantes e o total de votos registrados. O relatório do ciclo registrou 7.859 votos, distribuídos entre as Regionais da seguinte forma: Regional I, com 1.707 votos; Regional II, com 1.065; Regional III, com 607; Regional IV, com 373; Regional V, com 1.017; Regional VI, com 3.088; e Centro, com 2 votos, totalizando 7.859 votos (Fortaleza, 2018). Dessa forma, observa-se que o número de votos foi superior ao número de participantes, em razão da possibilidade de cada participante votar em até três propostas.

Ao final do processo, foram selecionadas 32 propostas prioritárias. A definição das propostas considerou a divisão territorial adotada pela CEPS, sendo estabelecida uma

quantidade de propostas para cada Regional, de acordo com o número de territórios que as compunham (Fortaleza, 2018).

Quadro 21- Escolha das propostas por região

Regional	Número de territórios
Regional I	4
Regional II	5
Regional III	4
Regional IV	5
Regional V	5
Regional VI	5
Centro	1
Total	32

Fonte:Elaborado a partir de Fonte: Guedes (2022)

O Ciclo de Planejamento Participativo constituiu uma etapa de levantamento e priorização de demandas sociais para subsidiar a elaboração da proposta da LOA de 2019. A priorização popular, porém, não significava aprovação automática ou execução imediata das propostas, pois sua incorporação dependia da elaboração da proposta orçamentária, da tramitação legislativa e das condições de execução financeira e administrativa.

4.2.1.1 Propostas participativas e execução orçamentária:

A Lei nº 10.841, de 26 de dezembro de 2018, estimou a receita e fixou a despesa do Município de Fortaleza para o exercício de 2019 em R\$8.074.393.545,00. Desse total, R\$4.602.255.046,00 corresponderam ao Orçamento Fiscal; R\$3.460.747.499,00 ao Orçamento da Seguridade Social; e R\$11.391.000,00 ao Orçamento de Investimentos das Empresas (Fortaleza, 2018).

Quadro 22- Escolha das propostas por região

Regional	Posição	Votos	Tema	Proposta priorizada	Início da obra	Fim da obra	Valor (R\$)	Observações
-----------------	----------------	--------------	-------------	----------------------------	-----------------------	--------------------	--------------------	--------------------

I	3	144	Infraestrutura	Revitalização da Praça da Lagoa do Urubu, com ampliação de quadras e construção de anfiteatro, em modelo semelhante ao Polo de Lazer da Sargento Hermínio	set. 2019	out. 2020	7.500.000,00	Entrega referente à última etapa da urbanização e à construção de casas no entorno da Lagoa do Urubu
I	4	138	Meio ambiente	Construção de ecoponto no bairro Álvaro Weyne	out. 2018	nov. 2019	250.000,00	—
II	1	206	Habitação	Implantação de moradias habitacionais no bairro Papicu	out. 2020	Em andamento	9.700.000,00	Obra não concluída no período informado
II	2	140	Educação	Implantação de creche ou escola de tempo integral no bairro Papicu	set. 2019	Em andamento	3.500.000,00	Obra não concluída no período informado
II	3	69	Habitação	Implantação de moradias habitacionais para a comunidade Vicente Pinzón – Associação Habitacional Morro da Vitória	jan. 2018	nov. 2018	6.271.000,00	Valor referente à área de habitação, beneficiando o entorno do Vicente Pinzón
IV	1	124	Infraestrutura	Reforma do Polo de Lazer Gustavo Braga	abr. 2016	out. 2016	253.000,00	Demanda iniciada antes do Ciclo Participativo de 2018
V	3	89	Infraestrutura	Pavimentação asfáltica das ruas Francisco Almeida, Flor do Campo, Herculano Pena e Pedro Cabral, no bairro Presidente Vargas	out. 2019	Em andamento	27.100.000,00	Valor apresentado conjuntamente com a demanda de calçamento e drenagem do Parque Presidente Vargas
V	4	88	Infraestrutura	Implantação de calçamento e drenagem nas ruas do bairro Parque Presidente Vargas	out. 2019	Em andamento	Incluído no valor acima	Valor agrupado com a proposta anterior

Fonte:Guedes (2022)

No Ciclo de Planejamento Participativo de 2018, a Prefeitura de Fortaleza recebeu demandas da população para a definição de prioridades a serem consideradas na elaboração da Lei Orçamentária Anual de 2019. O processo combinou atividades presenciais e mecanismos digitais, por meio da plataforma Fortaleza Participa, utilizada para o cadastramento e a votação das propostas. Embora a iniciativa tenha ampliado os canais formais de participação social, a incorporação das demandas ao planejamento orçamentário não assegurou sua execução.

Segundo Guedes (2022), considerando as propostas iniciadas em diferentes exercícios e acompanhadas até o período analisado, apenas quatro demandas foram identificadas como executadas. O valor associado a essas propostas foi estimado em R\$54.474.000,00, montante correspondente a aproximadamente 0,67% da receita utilizada como referência no estudo. Esse percentual situar-se-ia abaixo do mínimo de 1% previsto no art. 177, § 8º, da Lei Orgânica do Município de Fortaleza, que determina a execução de valor equivalente a, no mínimo, 1% da receita prevista para o exercício em despesas aprovadas no OP. A relação entre esses valores, entretanto, deve ser compreendida à luz da base de cálculo empregada e da distinção entre as diferentes etapas da execução orçamentária, como aprovação, empenho, liquidação, pagamento e execução física das obras ou serviços

Entre as quatro propostas identificadas como executadas, duas pertenciam à Regional V. A proposta mais votada do ciclo, com 600 votos, localizava-se na Regional VI e correspondia à urbanização, reforma e requalificação do campo de futebol principal do Conjunto Palmeiras. Apesar de ter recebido a maior votação, essa demanda não foi identificada como executada no levantamento de Guedes (2022). Na Regional V, a proposta referente ao calçamento e à drenagem de ruas do Parque Presidente Vargas recebeu 88 votos e foi posteriormente incluída entre as demandas executadas. A comparação entre essas propostas evidencia que a ordem de votação não determinou diretamente a execução das prioridades escolhidas pela população, uma vez que sua implementação também esteve condicionada a fatores administrativos, técnicos, orçamentários e territoriais.

4.2.1 Participação digital e organização das propostas

A utilização da plataforma Fortaleza Participa representou uma mudança na forma de organização do ciclo participativo, ao permitir que parte do processo fosse realizada por meio digital. A ferramenta favoreceu o registro, a sistematização e a votação das demandas, além de ampliar as possibilidades de interação entre a população e a administração municipal.

Contudo, a adoção de mecanismos digitais também introduziu novas condições de acesso à participação, relacionadas à disponibilidade de internet, equipamentos e familiaridade com as tecnologias de informação. Os relatórios do ciclo apresentam dados sobre o número de propostas cadastradas e de participações registradas, mas não detalham suficientemente o perfil social dos participantes nem as dificuldades enfrentadas no uso da plataforma. Nesse sentido, a documentação permite reconhecer a ampliação formal dos canais participativos, mas não possibilita avaliar de maneira conclusiva a distribuição social do acesso à participação digital.

As propostas apresentadas concentraram-se principalmente nos temas de infraestrutura, saúde, meio ambiente e educação. Essa distribuição revela a centralidade de demandas relacionadas às condições de vida nos bairros e territórios de Fortaleza, incluindo obras de pavimentação e drenagem, melhoria dos espaços públicos, qualificação dos serviços de saúde, ampliação dos equipamentos educacionais e recuperação de áreas ambientais. A predominância dessas temáticas também evidencia o caráter territorial das reivindicações, frequentemente vinculadas a comunidades, bairros e regiões administrativas específicas.

A seleção das propostas, por sua vez, envolveu procedimentos de análise e triagem institucional. As demandas apresentadas pela população foram classificadas e avaliadas segundo critérios relacionados às competências municipais, à disponibilidade orçamentária e à viabilidade técnica de execução. Esse processo demonstra que a participação popular não se encerrava na apresentação ou na votação das propostas, pois as prioridades eram posteriormente submetidas à interpretação e à seleção dos órgãos responsáveis pelo planejamento. Assim, a formulação das demandas resultava da articulação entre as necessidades expressas pelos moradores e os limites administrativos, legais e financeiros da gestão municipal.

4.2.2 Participação social e efetividade do processo

O Ciclo de Planejamento Participativo de Fortaleza constitui, portanto, um mecanismo de ampliação dos canais de participação social, mas apresentou limitações quanto à correspondência entre as prioridades definidas pela população e as ações efetivamente realizadas. A utilização da plataforma digital contribuiu para a organização das demandas, embora não tenha eliminado desigualdades de acesso e de participação decorrentes da exclusão digital. Do mesmo modo, a diferença entre o número de votos atribuídos às propostas e o seu nível de execução evidencia que a participação popular, por si só, não foi suficiente para garantir a implementação das prioridades selecionadas. A experiência

analisada expressa, assim, a tensão entre a abertura institucional à participação e a capacidade do poder público de assegurar transparência, execução orçamentária e efetivação das demandas incorporadas ao planejamento municipal.

Nesse sentido, a gestão municipal relaciona o processo participativo à elaboração da LOA, permitindo que demandas apresentadas pela população sejam consideradas no processo de planejamento orçamentário. O OP constitui, assim, um instrumento por meio do qual os moradores apresentam e priorizam demandas relacionadas às necessidades identificadas nos diferentes territórios de Fortaleza. A construção dessas demandas contribui para inserir as necessidades da população no processo de planejamento municipal, estabelecendo um espaço de participação no qual os moradores apresentam suas demandas e as direcionam ao poder público.

Ao mesmo tempo, o OP pode ser compreendido como um mecanismo de transparência e de aproximação entre a administração municipal e a sociedade. A abertura de canais para a apresentação de propostas, contudo, não garante, por si só, a efetivação da participação. Conforme argumenta Arretche (2002), a existência de dispositivos institucionais de participação não assegura automaticamente que as demandas sociais sejam incorporadas às decisões públicas, pois os resultados dependem das condições sociais, políticas e institucionais que estruturam o processo participativo. Nessa perspectiva, a criação de plataformas digitais, reuniões e espaços de consulta representa uma condição importante, mas insuficiente, para assegurar a participação da população na definição das prioridades orçamentárias.

A efetividade do OP depende também da capacidade dos participantes de compreender as responsabilidades do município, os limites orçamentários e os procedimentos que orientam a administração pública. Quando a população não dispõe de informações sobre as competências municipais ou sobre as etapas de elaboração e execução do orçamento, sua participação pode ser limitada à apresentação de demandas imediatas, sem que haja pleno conhecimento das possibilidades administrativas, legais e financeiras de atendimento. Por essa razão, a participação no processo de elaboração da LOA deve ser acompanhada de estratégias de informação, formação e mobilização comunitária, de modo a ampliar a capacidade dos moradores de formular propostas, acompanhar sua tramitação e fiscalizar sua execução.

No caso do OP de Fortaleza, o processo pode ser compreendido como uma oportunidade de aproximação entre a população e o poder público, embora também apresente desafios. A participação permite que demandas locais sejam apresentadas e incorporadas ao

debate sobre o planejamento municipal; entretanto, desigualdades sociais, territoriais e digitais podem interferir na capacidade de diferentes grupos de participar em condições equivalentes. Além disso, a formulação de propostas não assegura sua inclusão na LOA nem sua posterior execução, uma vez que as demandas são submetidas a procedimentos de análise técnica, compatibilização orçamentária e definição de prioridades pela administração municipal.

O processo participativo constitui, portanto, um instrumento relevante para compreender as necessidades da população e orientar a atuação do poder público, especialmente quando as demandas expressam problemas recorrentes relacionados à infraestrutura, à saúde, à educação, ao meio ambiente e aos serviços urbanos. Sua efetividade, contudo, depende da articulação entre participação popular, transparência institucional, capacidade de planejamento e compromisso político com a execução das propostas selecionadas. Dessa forma, o OP não deve ser compreendido como uma solução única para a participação social, mas como um mecanismo institucional que pode ampliar a democracia local quando associado à informação, à formação cidadã, ao acompanhamento das decisões e à prestação de contas sobre os resultados alcançados.

A análise dessa experiência exige considerar que as demandas apresentadas pelos moradores passam por processos de seleção, classificação e adequação técnica. A administração pública interpreta as reivindicações, verifica sua compatibilidade com as competências municipais e avalia sua viabilidade financeira e operacional. Esse procedimento pode contribuir para organizar as prioridades e ajustar as propostas às normas do planejamento público, podendo distanciar o resultado final das demandas originalmente formuladas pela população. Por isso, compreender o OP requer analisar não apenas os espaços de apresentação e votação das propostas, mas os caminhos percorridos por essas demandas até sua incorporação ao orçamento e eventual execução.

No que se refere ao processo de participação, Santos e Cardoso (2023) destacam que a implementação, em 2018, de ferramentas participativas do COP contribuiu para ampliar a participação nos primeiros anos. Entretanto, esse efeito não se manteve, refletindo-se na redução do número de participantes em 2021 e 2022. Além disso, nota-se a baixa participação neste instrumento, bem como a reduzida realização de encontros destinados à discussão dos resultados (Mororó, 2024).

4.3 Ciclo de Orçamento Participativo de Fortaleza Ce (OPs) de 2024

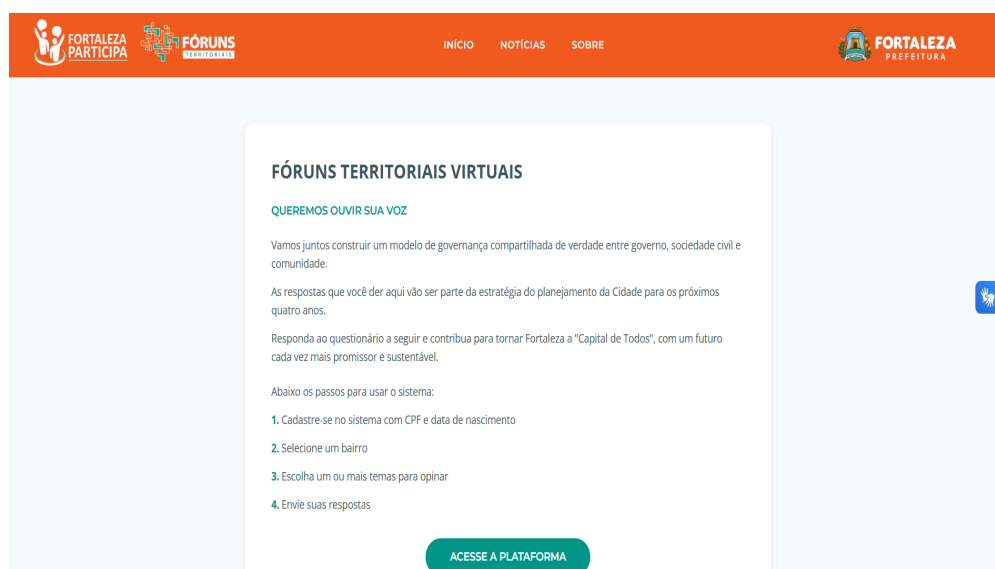
Entre o Ciclo de Planejamento Participativo de 2018 e o ciclo realizado em 2024,

destinado à elaboração da Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2025, ocorreu uma mudança na organização territorial da participação social em Fortaleza. Em 2018, o município estava dividido em sete Regionais (I, II, III, IV, V, VI e Regional Centro), enquanto, em 2024, o processo passou a considerar a estrutura administrativa composta por 12 Regionais e territórios mais delimitados. Essa alteração ampliou a escala territorial de participação e possibilitou uma identificação mais específica das demandas apresentadas pela população, aproximando as propostas das particularidades dos bairros e das comunidades (Fortaleza, 2018; Fortaleza, 2024).

No que concerne ao início das atividades do Ciclo de Orçamento Participativo (COP), em março de 2024 teve início a etapa destinada à escolha e à priorização das ações a serem incorporadas à LOA. Para esse processo, foi utilizada a mesma plataforma do ciclo de 2018, denominada Participa Fortaleza (Fortaleza Participa). O período para o registro das escolhas ocorreu entre os dias 6 e 14 de março de 2024. Posteriormente, entre os dias 15 e 22 de março, foram realizadas a tabulação e a análise dos dados obtidos a partir das respostas dos participantes (Fortaleza, 2024).

O processo de cadastramento inicial foi realizado por meio da tela de entrada da plataforma, conforme apresentado na imagem a seguir.

Figura 02- Tela inicial para o cadastro no processo de participação orçamentária



Fonte: Fortaleza (s.d)

O Ciclo de Planejamento Participativo de Fortaleza, realizado em 2024, foi

estruturado em etapas articuladas à elaboração dos instrumentos orçamentários municipais de 2025, abrangendo tanto a definição de prioridades para o Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO 2025) quanto a participação na elaboração do Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA 2025).

Quadro 23- Etapas do ciclo de participação social de Fortaleza em 2024

Etapas	Período	Atividade principal	Instrumento orçamentário relacionado
1ª etapa	6 a 15 de março de 2024	Participação da população, por meio do sistema Fortaleza Participa, na escolha de ações prioritárias para diferentes áreas temáticas.	Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2025 (PLDO 2025)
2ª etapa	Após o encerramento da primeira consulta	Sistematização das diretrizes mais votadas e encaminhamento das propostas às secretarias municipais, como subsídio à elaboração do PLDO 2025.	Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2025 (PLDO 2025)
3ª etapa	9 a 20 de agosto de 2024	Participação da população na escolha e priorização de propostas para a composição do orçamento municipal.	Projeto de Lei Orçamentária Anual de 2025 (PLOA 2025)
4ª etapa	Após a consulta pública	Análise das propostas pelos órgãos municipais e incorporação das demandas consideradas viáveis ao planejamento orçamentário.	PLOA 2025
5ª etapa	Outubro de 2024	Encaminhamento do PLOA 2025 à Câmara Municipal de Fortaleza.	Projeto de Lei Orçamentária Anual de 2025 (PLOA 2025)

Fonte: Elaboração Própria a partir de Fortaleza (2024)

A escolha de ações prioritárias para diferentes áreas temáticas foi organizada nas seguintes temáticas: cultura; direitos humanos e assistência social; educação; esporte e lazer; habitação; infraestrutura; inovação e tecnologia; juventude; meio ambiente; mobilidade e transporte urbano; saúde e bem-estar; segurança; trabalho e renda; e turismo. Em cada temática, a população elegeu as ações consideradas mais importantes para serem executadas pela gestão municipal em 2025. Na área da educação, por exemplo, foi priorizada a implementação de equipamentos educacionais, como creches e escolas em tempo integral. Já

nas áreas de infraestrutura, mobilidade e transporte urbano, destacam-se o aperfeiçoamento do sistema de drenagem e a requalificação de ruas, praças e equipamentos públicos (Fortaleza, 2024).

Entretanto, a busca nos parciais para 2024 não foram localizados, nas fontes públicas consultadas, os *rankings* ou a relação detalhada das propostas cadastradas. Diferentemente do relatório referente ao ciclo de 2018, no qual essas informações são apresentadas, para 2024 foram identificadas apenas as temáticas que estruturam o ciclo. Essa diferença evidencia limitações na disponibilidade e na sistematização das informações sobre as propostas participativas ao longo dos períodos analisados, dificultando o acompanhamento de seus resultados.

Entretanto, para o Ciclo de Planejamento Participativo realizado em 2024, destinado a subsidiar a elaboração da LOA de 2025, as propostas são mencionadas em diferentes registros e informações disponibilizadas pela Prefeitura, inclusive no próprio site institucional. Contudo, não foi localizado um relatório específico que apresentasse, de forma sistematizada, as propostas cadastradas e seu respectivo ranking. Diferentemente do ciclo de 2018, cujo relatório apresenta essas informações sobre as propostas, para 2024 foram identificadas principalmente as temáticas que estruturam o ciclo, o que limita a identificação e o acompanhamento das propostas e de seus resultados.

Nesse sentido, Freire (2021) aponta a transparência da informação como elemento essencial para o acesso e o acompanhamento das ações públicas, de modo que a publicidade não deve se restringir à disponibilização da informação, mas considerar também a sua qualidade e a possibilidade de acesso e compreensão por parte dos cidadãos.

Em cada temática, a população elegeu as ações consideradas mais importantes para serem executadas pela gestão municipal em 2025. Na área da educação, por exemplo, foi priorizada a implementação de equipamentos educacionais, como creches e escolas em tempo integral. Já nas áreas de infraestrutura, mobilidade e transporte urbano, destacam-se o aperfeiçoamento do sistema de drenagem e a requalificação de ruas, praças e equipamentos públicos (Fortaleza, 2024).

Após o encerramento da consulta, às diretrizes mais votadas foram sistematizadas e encaminhadas às secretarias municipais, com o objetivo de subsidiar a elaboração do PLDO 2025. Posteriormente, uma segunda etapa do ciclo foi direcionada à elaboração do PLOA 2025, ampliando a incorporação das demandas da população ao processo de planejamento e alocação dos recursos públicos.

Após a apuração, foi elaborado um relatório com os resultados da votação e as

propostas selecionadas foram encaminhadas aos órgãos municipais responsáveis para análise e verificação da possibilidade de incorporação ao PLOA. Dessa forma, a escolha realizada pela população não significava a incorporação automática da demanda ao orçamento, uma vez que as propostas ainda estavam sujeitas à análise dos órgãos competentes e às condições de planejamento e execução orçamentária (Fortaleza, 2024b).

Nesse processo, observa-se a permanência do Fortaleza Participa como instrumento de participação digital, com modificações e novas funcionalidades ao longo dos ciclos. Em 2024, a plataforma não foi utilizada apenas para o recebimento de demandas, sendo empregada em diferentes momentos do planejamento orçamentário, incluindo a definição de prioridades para o PLDO e a votação de propostas relacionadas ao PLOA. Essa continuidade, acompanhada de mudanças metodológicas e tecnológicas, demonstra que a participação digital passou a ocupar diferentes funções no processo de planejamento municipal.

Entretanto, a existência de mecanismos digitais de consulta e votação não significa, necessariamente, que a população detenha poder decisório sobre o orçamento. A partir da perspectiva de Arnstein (2002), a participação pode assumir diferentes níveis de poder, sendo necessário distinguir entre situações nas quais os cidadãos apenas são consultados e aquelas em que possuem capacidade efetiva de decisão e controle. No caso analisado, embora a população possa apresentar demandas, escolher prioridades e votar nas propostas, a decisão sobre sua incorporação ao planejamento e ao orçamento permanece condicionada à análise dos órgãos municipais. Assim, identificam-se características próximas ao nível de consulta, uma vez que a população é incorporada ao processo de manifestação e priorização de demandas, mas não possui controle direto sobre a decisão final acerca da alocação dos recursos.

Essa discussão pode ser complementada por Marshall et al. (2024), que analisam a participação digital no planejamento urbano e destacam que a simples disponibilização de plataformas digitais não é suficiente para garantir uma participação efetiva. Para os autores, é necessário considerar o grau de envolvimento e influência dos cidadãos nos processos decisórios. Essa perspectiva é pertinente ao caso de Fortaleza, pois permite analisar a existência do Fortaleza Participa e a possibilidade de participação por meios digitais, bem como os limites dessa participação, especialmente quanto à capacidade das propostas escolhidas pela população de influenciar efetivamente a definição e a alocação dos recursos públicos.

4.4 Análise dos Ciclos Orçamentários 2018 e 2024

Ao analisar os orçamentos dos respectivos anos, nota-se que, ao longo do período, novas práticas foram incorporadas ao processo de participação dos ciclos participativos de Fortaleza, conforme apresentado no Quadro 24.

Quadro 24- Escolha das propostas por região

Aspecto	Ciclo 2018 → LOA 2019	Ciclo 2024 → PLOA/LOA 2025	Fonte
Cadastro de propostas	A população podia cadastrar propostas relacionadas ao seu bairro, à Regional ou à cidade.	O ciclo foi estruturado em etapas, incluindo a definição de prioridades para o PLDO e, posteriormente, a territorialização e votação para o PLOA.	Fortaleza (2018; 2024)
Participação digital	A participação ocorreu por meio do site Fortaleza Participa.	A participação também ocorreu por meio do Fortaleza Participa, com formulário eletrônico na etapa do PLDO e votação/territorialização na etapa relacionada ao PLOA.	Fortaleza (2018; 2024)
Mobilização/orientação	Foram realizadas atividades preparatórias com agentes de cidadania, lideranças e representantes da sociedade civil para explicar a nova metodologia e o uso da plataforma.	O processo passou a trabalhar com uma metodologia mais estruturada, incluindo diferentes etapas de priorização e territorialização.	Fortaleza (2018; 2024)
Quantidade de propostas cadastradas	Foram cadastradas 579 propostas, posteriormente submetidas à eleição.	A documentação localizada confirma a realização de votação e a produção de um relatório de resultados, mas não foi localizada a relação pública completa de todas as propostas e respectivos votos.	Fortaleza (2018; 2024)
Critério territorial	As propostas foram organizadas pelas sete Regionais: I, II, III, IV, V, VI e Centro.	A metodologia de 2024 trabalhou com territórios, além da seleção das propostas mais votadas de forma geral.	Fortaleza (2018; 2024)
Propostas escolhidas	Foram priorizadas 32 propostas, distribuídas entre as sete Regionais.	A metodologia previa a seleção das 10 propostas mais votadas em Fortaleza, independentemente do território, e de duas demandas mais votadas por território, conforme os critérios estabelecidos.	Fortaleza (2018; 2024)
Resultado publicado	Há documentação detalhada: a Prefeitura publicou o resultado, com PDFs contendo ranking, posição, número de votos, tema e	A Prefeitura registra que foi produzido um relatório com o resultado da votação, porém esse documento não foi localizado nas fontes consultadas.	Fortaleza (2018; 2024)

	descrição das propostas.		
Relação entre participação e orçamento	As 32 propostas escolhidas foram consideradas no processo de elaboração orçamentária.	As propostas eleitas foram encaminhadas aos órgãos municipais para análise e consideração na elaboração do PLOA 2025.	Fortaleza (2018; 2024)
Rastreamento da proposta no orçamento	O material de 2018 permite acompanhar as propostas priorizadas por meio dos relatórios disponibilizados on-line.	O processo de 2024 incorporou mecanismos para identificar, no planejamento orçamentário, as propostas provenientes da participação social.	Fortaleza (2018; 2024)

Fonte: Elaboração própria a partir do relatórios do COP (2018-224)

No que concerne aos ciclos orçamentários analisados, observa-se que ocorreram mudanças nas formas de condução e organização dos processos participativos. Ao mesmo tempo, verifica-se a continuidade da utilização da plataforma Fortaleza Participa como instrumento de participação digital, inicialmente incorporada ao processo em 2018 e posteriormente utilizada nos ciclos seguintes, sendo utilizada nos ciclos participativos desde 2018. Assim, embora a ferramenta tenha permanecido como um dos mecanismos utilizados para a coleta de informações, cadastramento e priorização de demandas, foram identificadas alterações nas etapas e na metodologia empregadas ao longo dos ciclos.

Nesse sentido, observa-se que a utilização da plataforma passou a assumir diferentes funções dentro do processo de planejamento orçamentário, não se restringindo à coleta de demandas para a Lei Orçamentária Anual (LOA). No ciclo de 2024, por exemplo, a participação também esteve relacionada à definição de prioridades que subsidiaram o Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO) e, posteriormente, à territorialização e votação de propostas para subsidiar a elaboração do Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) de 2025. Dessa forma, a experiência demonstra uma ampliação das possibilidades de utilização do mecanismo participativo no processo de planejamento municipal.

Entretanto, para além dessas mudanças metodológicas, permanecem aspectos relevantes relacionados à efetividade da participação. Embora os mecanismos analisados possibilitam que a população seja informada, apresenta demandas e participe da priorização de propostas, a decisão sobre a incorporação dessas demandas ao planejamento e ao orçamento permanece condicionada a etapas posteriores de análise e decisão institucional. Nesse sentido, a participação apresenta características predominantemente consultivas, uma vez que a população é convidada a participar e a manifestar suas preferências, mas não possui controle direto sobre a decisão final acerca da composição do orçamento.

Ainda, na busca realizada nos documentos e notícias referentes a 2024, não foram

localizados os rankings ou a relação detalhada das propostas cadastradas, sendo identificadas apenas as temáticas que estruturam o ciclo. Essa limitação dificulta o acompanhamento das demandas participativas e de sua incorporação ao planejamento municipal. Nesse sentido, conforme Arnstein (2002), a participação analisada apresenta características de consulta, pois, embora a população possa apresentar e priorizar demandas, a decisão final permanece sob responsabilidade das instituições públicas.

Nesse debate, Marshall et al. (2024) destacam que a utilização de plataformas digitais para participação envolve aspectos que ultrapassam a simples disponibilização tecnológica. A efetividade desses mecanismos depende das condições de acesso, das formas de interação, da capacidade de influência dos participantes e da incorporação das contribuições aos processos decisórios. Dessa maneira, no caso analisado, torna-se necessário considerar não apenas a existência e a continuidade do Fortaleza Participa, mas também em que medida sua utilização possibilita aos cidadãos exercer influência sobre as decisões relacionadas ao planejamento e à alocação dos recursos públicos.

Em 2024, observa-se uma dinâmica semelhante à identificada no relatório de 2018, marcada tanto por aspectos de similaridade quanto de divergência. A presença e o uso de ferramentas e dispositivos que possibilitam o acesso aos canais de informação mundial ampliam as possibilidades de comunicação e participação. Entretanto, permanecem aspectos negativos, especialmente relacionados à carência de acesso e às desigualdades que dificultam a utilização desses recursos. Enquanto o relatório de 2018 apresenta algumas reflexões sobre esse processo, a análise de 2024 permite avançar na compreensão do perfil das pessoas envolvidas, considerando aspectos como suas condições de acesso, contexto social e formas de utilização dessas tecnologias.

Ao analisar comparativamente os ciclos de Orçamento Participativo de Fortaleza de 2018 e 2024, destinado à elaboração da LOA de 2025, observam-se algumas semelhanças, especialmente quanto à utilização de plataforma digital e à coleta e sistematização das propostas apresentadas pela população. Entretanto, apesar desses elementos de continuidade, os ciclos apresentam diferenças em sua dinâmica de participação. Em 2018, o processo apresentou uma dinâmica participativa que contemplou diferentes etapas e mecanismos de interação com a população, enquanto, em 2024, o processo esteve direcionado à definição de diretrizes prioritárias para subsidiar a elaboração da LOA de 2025.

Além disso, nas fontes públicas consultadas, não foram identificados registros de encontros presenciais realizados no ciclo de 2024, como aqueles registrados para o ciclo de 2018 para orientar como usar a plataforma. Também se observou uma diferença quanto à

disponibilidade de informações sobre os resultados: enquanto, para 2018, foi localizado relatório com informações sistematizadas sobre o processo e as propostas apresentadas, para 2024 não foi localizado, nas fontes públicas consultadas, documento com nível de detalhamento semelhante.

Outro aspecto importante diz respeito à compreensão das estratégias de comunicação utilizadas para apresentar o OP à comunidade. Os resultados indicam que algumas pessoas sugeriram propostas relacionadas a áreas que ultrapassam a responsabilidade direta do município. Esse dado pode revelar dificuldades de compreensão quanto às competências administrativas, às atribuições dos diferentes níveis de governo e aos limites de atuação do poder público municipal. Portanto, as ações de comunicação devem divulgar a existência da plataforma e explicar, de forma clara, quais demandas podem ser atendidas pelo município, quais dependem de outros entes federativos e quais não se enquadram nos instrumentos orçamentários analisados.

Dessa forma, embora os dois ciclos apresentem elementos comuns, as diferenças identificadas na dinâmica participativa e na disponibilidade de informações permitem observar mudanças na forma de organização e operacionalização da participação social no planejamento orçamentário de Fortaleza.

5 CONCLUSÃO

Em resgate ao objetivo geral deste trabalho, que consiste em analisar as similitudes e divergências entre as experiências de OP de Fortaleza nos anos de 2018 e 2024, foram identificados, a partir dos resultados apresentados, alguns achados relevantes relativos aos dois ciclos analisados.

Entre os aspectos que compõem esta pesquisa, destaca-se a análise do processo de planejamento orçamentário participativo em Fortaleza. Nesse contexto, estabelecer uma relação entre o planejamento, a priorização das demandas e sua efetiva execução mostra-se necessário para compreender os limites e as possibilidades dos mecanismos de participação social. As estratégias participativas podem favorecer a circulação de informações e aproximar os cidadãos dos processos de gestão pública. Entretanto, sua efetividade depende das condições concretas de implementação, dos recursos institucionais disponíveis, das estratégias de comunicação e dos espaços territoriais nos quais a população está inserida.

É nessa perspectiva que se evidencia a relação entre planejamento e execução, especialmente a partir da utilização da plataforma Fortaleza Participa, destinada ao cadastramento, à organização e à priorização das demandas apresentadas pela população. No ciclo de 2018, voltado à elaboração da Lei Orçamentária Anual de 2019, foram registradas 695 propostas, das quais 579 foram consolidadas para votação. O processo também contabilizou 4.759 participações nas diferentes etapas e 7.859 votos.

Desse modo, a efetividade do Fortaleza Participa pode ser analisada a partir de quatro dimensões: a possibilidade de apresentação das demandas; a participação na etapa de priorização; a incorporação das propostas ao planejamento municipal; e a execução das ações aprovadas. Essa distinção é importante porque a participação popular não implica automaticamente a realização das demandas priorizadas.

O ciclo de 2018 contou com iniciativas de divulgação, orientação e mobilização da população, incluindo reuniões preparatórias, encontros comunitários, distribuição de materiais informativos, divulgação em redes sociais, comunicação por grupos de WhatsApp e apoio das equipes da Coordenadoria Especial de Participação Social. Essas ações demonstram que a plataforma foi acompanhada por estratégias presenciais e digitais de mobilização.

Além disso, os resultados não permitem afirmar uma redução da participação entre os ciclos de 2018 e 2024, uma vez que não foram identificados dados quantitativos suficientemente sistematizados que possibilitassem essa comparação. Para uma análise dessa natureza, seria necessário considerar o número de propostas cadastradas, participantes, votos, propostas

priorizadas e ações efetivamente executadas, levando em conta também as alterações metodológicas, territoriais e tecnológicas ocorridas ao longo do período.

Portanto, embora o Fortaleza Participa tenha ampliado os canais formais de participação entre a população e o poder público, sua efetividade depende de fatores que ultrapassam a disponibilização de uma plataforma digital. A consolidação de uma dinâmica participativa exige comunicação permanente, mobilização territorial, acessibilidade, inclusão digital, transparência quanto à incorporação das propostas ao orçamento e acompanhamento da execução das ações priorizadas pela população.

Nesse sentido, este trabalho também se constitui como uma contribuição inicial para a compreensão da experiência de OP em Fortaleza, especialmente no que se refere à sua organização, aos mecanismos de participação e à relação entre as demandas apresentadas pela população e as responsabilidades atribuídas ao poder público municipal. A análise comparativa entre os ciclos de 2018 e 2024 permite compreender diferentes formas de estruturação do OP no município e identificar limites, possibilidades e especificidades relacionadas aos contextos institucionais e territoriais de cada ciclo.

Também é relevante investigar o perfil dos participantes que cadastraram propostas, participaram das votações ou responderam aos instrumentos de consulta. Essa análise permitiria compreender quem participa, quais grupos permanecem afastados dos processos participativos e de que maneira fatores como território, renda, escolaridade, idade, acesso à internet e pertencimento comunitário influenciam a participação. Assim, seria possível ultrapassar uma leitura restrita à quantidade de propostas e votos, incorporando a dimensão da representatividade social e territorial.

Nessa perspectiva, torna-se necessário examinar a qualidade das informações oferecidas à população, a linguagem utilizada nos materiais de divulgação, os canais de comunicação empregados e as formas de orientação disponibilizadas durante o cadastramento e a votação das propostas. A disponibilização de informações de forma clara e acessível constitui aspecto relevante para o fortalecimento da transparência e para a compreensão dos cidadãos acerca das ações e processos da administração pública (Ferreira, 2021). Dessa forma, a comunicação institucional constitui uma dimensão importante do processo participativo, pois pode interferir tanto na capacidade de formulação das demandas quanto nas expectativas da população em relação à sua execução.

Por fim, os achados indicam a importância de aprofundar a análise dos aspectos que estruturam o OP, tais como a base legal, a articulação com o Plano Plurianual, a Lei de Diretrizes Orçamentárias e a Lei Orçamentária Anual, os critérios de seleção e priorização das

propostas, os mecanismos de transparência e as formas de monitoramento e avaliação. Também é necessário investigar em que medida as propostas priorizadas são incorporadas aos instrumentos de planejamento municipal e efetivamente executadas.

Com isso, o estudo apresenta limitações e possibilidades de aprofundamento. Entre as limitações identificadas, destaca-se a disponibilidade desigual de informações referentes aos ciclos analisados, uma vez que os dados e registros documentais encontrados para 2018 se mostraram mais detalhados, enquanto as informações referentes ao ciclo de 2024 apresentaram maior restrição, especialmente quanto ao acompanhamento das propostas e de seus resultados. Essa diferença na disponibilidade e sistematização dos dados dificultou uma comparação integral entre os dois ciclos, sobretudo no que se refere ao percurso das propostas após sua apresentação e priorização.

Para estudos futuros, essa limitação pode ser superada por meio da ampliação das fontes de pesquisa e do contato direto com os atores envolvidos nos processos participativos. Entrevistas com gestores, técnicos municipais, representantes comunitários e participantes dos ciclos podem contribuir para compreender aspectos que não estão registrados nas fontes documentais disponíveis. Além disso, pesquisas futuras poderão acompanhar o percurso das propostas desde seu cadastramento e priorização até sua incorporação aos instrumentos de planejamento e sua efetiva execução, permitindo compreender de forma mais aprofundada os resultados produzidos pelos mecanismos de participação orçamentária.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Samara Moura Barreto de. **Autoformação docente na experiência de supervisão do PIBID**: transações para uma práxis pedagógica emancipatória na Educação Física. 2020. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2020.
- ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. A melancolia dos objetos: algumas reflexões em torno do tema do patrimônio histórico e cultural. In: BAUER, Leticia; BORGES, Viviane Trindade (org.). **História oral e patrimônio cultural**: potencialidades e transformações. São Paulo: Letra e Voz, 2018. p. 137-163.
- ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazio Afonso de. **Estudo de caso em pesquisa e avaliação educacional**. Brasília, DF: Liber Livro, 2005.
- ARNSTEIN, Sherry R. Uma escada da participação cidadã. Revista da Associação Brasileira para o Fortalecimento da Participação – PARTICIPE, Porto Alegre; Santa Cruz do Sul, v. 2, n. 2, p. 4-13, 2002.
- AZEVEDO, Ricardo Rocha de; CARDOSO, Ricardo Lopes; CUNHA, Armando Santos Moreira da; WAMPLER, Brian. Efeitos políticos na descontinuidade do orçamento participativo em municípios. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 56, n. 3, p. 349-372, 2022.
- AZEVEDO, Ricardo Rocha de; CARDOSO, Ricardo Lopes; CUNHA, Armando Santos Moreira da; WAMPLER, Brian. O orçamento participativo e a dinâmica orçamentária no setor público. **Revista de Contabilidade e Organizações**, São Paulo, v. 16, 2022.
- BARBALHO, Alexandre; ARÃO, Márcia Regina. Orçamento participativo e gestão municipal: a experiência de Fortaleza (2005-2008). **Revista Ciências Sociais em Perspectiva**, v. 14, n. 27, p. 268-287, 2015.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 6 abr. 2026.
- BRASIL. **Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000**. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 5 maio 2000. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp101.htm. Acesso em: 6 abr. 2026.
- BRASIL. **Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001**. Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 11 jul. 2001. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/110257.htm. Acesso em: 6 abr. 2026.
- CAVALCANTE, Elivaldo Filho Godinho et al. Transformação digital no setor público: resistência do usuário ao sistema de contratações federais. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 59, n. 4, 2025.
- CONSELHO NACIONAL DE SECRETÁRIOS DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO

(CONSAD). **Orçamento participativo como instrumento de gestão democrática e participativa: caso do município de Santarém-Pará**. 2016. Disponível em: . Acesso em: 27 ago. 2026.

DIAMOND, Larry. Democracy versus the pandemic: the coronavirus is emboldening autocrats the world over. **Foreign Affairs**, 13 jun. 2020.

EVARISTO, Antonia Leila Gonçalves de Carvalho; SILVA, Cibele Pereira Lima. Educação digital: enfrentamento dos desafios por professores no município de Fortaleza-CE. **Ensino em Perspectivas**, Fortaleza, v. 4, n. 1, p. 1-18, 2023.

FERREIRA, Gilceu. **Proposta de aperfeiçoamento do Portal da Transparência do Poder Executivo de Santa Catarina: um estudo com foco nas informações sobre Educação e Saúde**. 2021. 257 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Administração) – Centro de Ciências da Administração e Socioeconômicas, Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2021

FIALHO, Lia Machado Fiuza; BRANDENBURG, Cristine; NEVES, Vanusa Nascimento Sabino; PONCE, Hugo Heredia. Diretores escolares em meio à pandemia de Covid-19: avaliação da exclusão digital. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, Rio de Janeiro, v. 33, n. 128, e0254950, 2025.

GURZA LAVALLE, Adrián; HOUTZAGER, Peter P.; CASTELLO, Graziela. Democracia, pluralização da representação e sociedade civil. **Lua Nova:Revista de Cultura e Política**, São Paulo, n. 67, p. 49–103, 2006.

FORTALEZA (CE). **Lei nº 10.841, de 26 de dezembro de 2018**. Estima a receita e fixa a despesa do Município de Fortaleza para o exercício financeiro de 2019. Fortaleza, 2018.

FORTALEZA (CE). Prefeitura Municipal. **Ciclo de Planejamento Participativo 2018**. Fortaleza: Prefeitura Municipal de Fortaleza, 2018. Disponível em: https://planejamento.fortaleza.ce.gov.br/images/participacao/2021/CEPS_2018.pdf. Acesso em: 27 ago. 2026.

FORTALEZA (CE). Prefeitura Municipal. **Mais de 600 propostas são cadastradas no Ciclo de Planejamento Participativo 2018**. Fortaleza, 2018. Disponível em: <https://www.fortaleza.ce.gov.br/noticias/mais-de-600-propostas-sao-cadastradas-no-ciclo-de-planejamento-participativo-2018>. Acesso em: 27 ago. 2026.

FORTALEZA (CE). Prefeitura Municipal. **Prazo para escolha de propostas do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2025 termina nesta quinta-feira (14/03)**. Fortaleza, 2024. Disponível em: <https://www.fortaleza.ce.gov.br/noticias/prazo-para-escolha-de-propostas-do-projeto-de-lei-de-diretrizes-orcamentarias-de-2025-termina-nesta-quinta-feira-14-03>. Acesso em: 27 ago. 2026.

FORTALEZA (CE). Prefeitura Municipal. **Prefeitura divulga resultado do Ciclo de Planejamento Participativo 2018**. Fortaleza, 2018. Disponível em: <https://www.fortaleza.ce.gov.br/noticias/prefeitura-divulga-resultado-do-ciclo-de-planejamento-participativo-2018>. Acesso em: 27 ago. 2026.

FORTALEZA (CE). Prefeitura Municipal. **Prefeitura de Fortaleza divulga resultado das**

diretrizes eleitas prioritárias para o Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2025. Fortaleza, 22 mar. 2024. Disponível em: <https://www.fortaleza.ce.gov.br/noticias/prefeitura-de-fortaleza-divulga-resultado-das-diretrizes-eleitas-prioritarias-para-o-projeto-de-lei-de-diretrizes-orcamentarias-de-2025>. Acesso em: 27 ago. 2026.

FORTALEZA (Município). **Manual técnico de orçamento municipal –MTOM: edição 2025.** Fortaleza, 1º ago. 2024b.

FUZATI, Tuani Carla et al. O uso de plataformas digitais para participação social como instrumento de inovação na gestão pública: o caso do Orçamento Participativo de São Paulo (SP). **P2P e Inovação**, v. 11, n. 1, 2024.

GONÇALVES, Marciana Aparecida Hilario Pena; DUARTE, Priscila da Silveira; BERNARDES, Roseli da Silva; MARTINS, Simone. Experiências com a implementação do orçamento participativo no contexto municipal brasileiro: uma revisão integrativa. **Revista Foco**, v. 16, n. 10, e3036, 2023.

GUEDES, Ana Beatriz Rocha. **Orçamento participativo em Fortaleza do legal ao real.** 2022. 85 f. Monografia (Graduação em Gestão de Políticas Públicas) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2022. Disponível em: https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/65515/3/2022_tcc_abrguedes.pdf. Acesso em: 27 ago. 2026.

HABERMAS, Jürgen. **Direito e democracia: entre facticidade e validade.** Vol. 1. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Fortaleza. Rio de Janeiro: IBGE, [s. d.]. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/ce/fortaleza.html>. Acesso em: 27 ago. 2026.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Fortaleza: panorama. Rio de Janeiro: IBGE, [s. d.]. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ce/fortaleza/panorama>. Acesso em: 27 ago. 2026.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Censo Demográfico 2022: resultados do universo. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: [IBGE – Censo Demográfico 2022](#). Acesso em: 27 ago. 2026.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Cidades e Estados: Fortaleza – Ceará. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: [IBGE – Fortaleza \(CE\)](#). Acesso em: 27 ago. 2026.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). SIDRA: Tabela 7361 – Percentual de pessoas que tinham telefone móvel celular para uso pessoal na população de 10 anos ou mais de idade, por sexo e grupo de idade. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: [SIDRA – Tabela 7361](#). Acesso em: 27 ago. 2026.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). SIDRA: Tabela 10199 – Pessoas de 25 anos ou mais de idade, por nível de instrução, sexo e religião. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: [SIDRA – Tabela 10199](#). Acesso em: 27 ago. 2026.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). SIDRA: Tabela 10201 – Moradores de 10 anos ou mais de idade em domicílios particulares permanentes ocupados, por existência de conexão domiciliar à Internet. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: [SIDRA – Tabela 10201](#). Acesso em: 27 ago. 2026.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). SIDRA: acervo de tabelas de dados agregados. Rio de Janeiro: IBGE, [s. d.]. Disponível em: [SIDRA – Acervo](#). Acesso em: 27 ago. 2026.

LÜCHMANN, Lígia Helena Hahn. Interfaces das interfaces socioestatais: ouvidorias, conselhos gestores e Facebooks governamentais. **Revista de Sociologia e Política, Curitiba**, v. 28, n. 74, e005, 2020.

MARSHALL, Stephen; FARNDON, David; HUDSON-SMITH, Andrew; KOURNIOTIS, Athanasios; KARADIMITRIOU, Nikos. **Urban design and planning participation in the digital age: lessons from an experimental online platform**. Smart Cities, v. 7, n. 1, p. 615-632, 2024.

MIGUEL, Luis Felipe. Resgatar a participação: democracia participativa e representação política no debate contemporâneo. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, São Paulo, n. 100, p. 83-118, 2017.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). Pesquisa social: teoria, método e criatividade. 18. ed. Petrópolis, RJ: **Vozes**, 2001.

MORORÓ, Carlos Sérgio Sales. **Democracia no orçamento público em Fortaleza: uma avaliação do Ciclo de Planejamento Participativo (2016-2023)**. 2024. Dissertação (Mestrado Profissional em Avaliação de Políticas Públicas) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2024.

PATEMAN, Carole. **Participation and Democratic Theory**. Cambridge. Cambridge University Press, 1970.

PIRES, Roberto Rocha Coelho; GOMIDE, Alexandre de Ávila. Governança e capacidades estatais: uma análise comparativa de programas federais. **Revista de Sociologia e Política, Curitiba**, v. 24, n. 58, p. 121–143, 2016

RIBEIRO, Priscilla Eustáquio de Oliveira; SILVA, Ana Walquíria Souza da; VILELA, Márcia Alves Medeiros; OLIVEIRA, Ricardo Furtado de; SANTOS, Sonia Araújo dos. A importância dos gêneros digitais na formação dos estudantes do ensino fundamental e médio: uma análise das práticas pedagógicas na era digital. **Revista Amor Mundi**, Santo Ângelo, v. 5, n. 2, p. 3-16, 2024

SANTOS, Elielson Dias dos; CARDOSO, Gil Célio de Castro. Contexto e trajetória do Ciclo de Planejamento Participativo de Fortaleza-CE: eixos para construção de uma avaliação em profundidade. In: JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS – JOINPP, 10., 2023, São Luís. **Anais [...]**. São Luís: Universidade Federal do Maranhão, 2023.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Hucitec, 1996.

SCHNEIDER, Sérgio; SCHMITT, Cláudia Job. O uso do método comparativo nas Ciências Sociais. **Cadernos de Sociologia**, Porto Alegre, v. 9, p. 49-87, 1998.

TAVARES, Wellington; CERQUINHO, Kleomara Gomes; PAULA, Ana Paula Paes de. Participação virtual na gestão pública no âmbito municipal: uma análise dos portais eletrônicos das capitais brasileiras. **Revista de Administração Pública e Gestão Social**, 2018

ANEXO
DECLARAÇÃO

Declaro para os devidos fins que este Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia/Tese/Dissertação), escrito sob minha orientação, está em versão final, de acordo com as solicitações realizadas pela banca examinadora.

Informo também que procedi à revisão final do texto, constatando que atende às especificações das normas da ABNT para apresentação de trabalhos acadêmicos da UFCA, no que diz respeito ao conteúdo e à formatação.

Data e local da assinatura eletrônica